



VIII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

40 anos de democracias: progressos, contradições e perspectivas

ÁREA TEMÁTICA: Crenças e Religiosidades [AT]

Imprensa Católica Paulistana: entre o conservadorismo e resistência a Ditadura Militar n' *O São Paulo*

LANZA, Fabio

Doutor em Ciências Sociais, Universidade Estadual de Londrina/Paraná-Brasil,
lanza1975@gmail.com

Resumo

A pesquisa teve como foco a atuação dos arcebispos da Arquidiocese paulistana, da Igreja Católica, no período de 1956 a 1985, a partir da análise do semanário O São Paulo. Ela buscou uma orientação histórica e sociológica, com base documental e oral. Partiu das matrizes ideológicas utilizadas pelos arcebispos – Dom Agnelo Rossi e Dom Paulo Evaristo Arns – revisitando o período anterior, de Dom Carmelo V. Motta, frente à Fundação Metropolitana Paulista, mantenedora do jornal O São Paulo. As fontes documentais se basearam em documentos históricos sobre a Igreja Paulistana, e as publicações d'O São Paulo, privilegiando as matérias da primeira página e os editoriais; e empregando os aportes da análise de conteúdo sob o ângulo de distintos autores. As fontes orais foram constituídas a partir dos sujeitos de pesquisa selecionados qualitativamente com critérios vinculados a História Oral, tendo em vista as experiências pessoais no Clero e suas relações com os MCS da Arquidiocese de São Paulo. A Igreja Católica de São Paulo por meio do seu semanário expressou diferentes discursos que evidenciaram as drásticas transformações ideológicas ocorridas a partir do final da década de 1960 e início de 1970, associadas aos fatores internos e externos à estrutura institucional. A gestão do cardeal Arns, a partir de 1970, difundiu n'O São Paulo a idéia de “vocação cidadã”, centrada na manutenção da verdade, da justiça, da liberdade política, religiosa, da participação das organizações sociais, e do compromisso da Igreja Católica paulistana na defesa radical dos Direitos Humanos (1948).

Abstract

The research focused on the performance of the archbishops of the Sao Paulo archdiocese, the Catholic Church, in the period 1956-1985, based on the analysis of the weekly The São Paulo. She sought a historical and sociological orientation, with documentary and oral basis. Left of ideologies used by archbishops – Cardinal Agnelo Rossi and Cardianl Arns - revisiting the previous period, Cardinal Carmelo V. Motta, opposite the Metropolitan Foundation Paulista, sponsor of The Sao Paulo newspaper. The documentary sources are based on historical documents on Paulistana Church, and publications of The São Paulo, focusing on matters of the front page and editorials; and employing the contributions of the content analysis from the viewpoint of different authors. Oral sources were recorded from subjects qualitatively selected criteria linked to oral history, with a view personal experiences in Clergy and their relationships with the MCS of the Archdiocese of Sao Paulo research. The Catholic Church of St. Paul through his weekly expressed different discourses that showed drastic ideological transformation that occurred from the late 1960s and early 1970s. The management of Cardinal Arns , from 1970 spread in O São Paulo the idea of "human vocation", centered on the maintenance of truth, justice, liberty, political, religious, participation in social organizations, and the commitment São Paulo's Catholic Church in radical defense of Human Rights (1948).

Palavras-chave: Sociologia das Religiões; Arquidiocese de São Paulo; jornal “O São Paulo”; Teologia da Libertação.

Keywords: Sociology of Religion; Archdiocese of St. Paul; “O São Paulo” newspaper; Liberation Theology.

1. Introduçãoⁱ

A iniciativa da Arquidiocese de São Paulo de se envolver institucionalmente na área da comunicação antecede as discussões dos documentos como a Encíclica *Miranda prorsus* (1957) e os editados a partir do Concílio Vaticano II, como o decreto *Inter mirifica*.

No que se refere à Carta Encíclica sobre cinema, rádio e televisão intitulada *Miranda prorsus*, editada pelo papa Pio XII em 08 de setembro de 1957 “é a segunda encíclica sobre a comunicação no século XX. Ela propõe e desenvolve novamente o pensamento da Igreja sobre os meios de eletrônicos, acrescentando às considerações de Pio XI algumas observações sobre o rádio e a televisão” (Dariva, 2003, p. 33).

A encíclica *Miranda prorsus* surgiu como que um advento ao Concílio Vaticano II e ao decreto *Inter mirifica*, foi uma síntese dos avanços e contribuições proporcionados pelo papa Pio XII “sobre a comunicação social. Os seus mais de 60 discursos e textos variados sobre diversas áreas e questões da comunicação são uma prova evidente do interesse desse papa no campo da comunicação social” (Dariva, 2003, p. 33).

Como indicação do Concílio Vaticano II, o decreto *Inter mirifica*, foi o

segundo dos 16 documentos publicados pelo Vaticano II. Aprovado em 4 de dezembro de 1963, assinala a primeira vez que um concílio geral da Igreja se volta para a questão da comunicação. De fato, este documento tem grande importância [...]. Pela primeira vez, um documento universal da Igreja assegura a obrigação e o direito de ela utilizar os instrumentos de comunicação social. Além disso, o *Inter mirifica* também apresenta a primeira orientação geral da Igreja para o clero e para os leigos sobre o emprego dos meios de comunicação social (Puntel, 2005, p. 122).

Os avanços do Concílio Vaticano II foram significativosⁱⁱ, principalmente no que se refere ao conceito de “direito de informação”, pois “é intrínseco à sociedade humana o direito à informação sobre aqueles assuntos que interessam aos homens e às mulheres, quer tomados individualmente, quer reunidos em sociedade, conforme as condições de cada um” (Puntel, 2005, p. 125).

A pesquisa apresentada a seguir, foi realizada e pautada na “recuperação da natureza processual da comunicação” (Melo, 2004, p. 56), rompendo, assim, com outras possibilidades de análise fragmentárias em que se estuda apenas o *marketing*, a recepção dos respectivos agentes de consumo ou a ideologia nos discursos. “Torna-se imprescindível contemplar a comunicação como processo social [...]. Trata-se de produzir conhecimento aplicável ou de fazer a crítica socialmente utilitária” (Melo, 2004, p. 56). Nesse sentido,

o pensamento católico sobre comunicação social no Brasil tem suas raízes fincadas no cenário da chamada questão religiosa, na segunda metade do século XIX, quando se dá a separação entre a Igreja e o Estado. Esse foi o episódio que suscitou maior repercussão histórica, depois dos conflitos ocorridos durante o regime colonial, quando marquês de Pombal, mandatário português, expulsa do território nacional a Companhia de Jesus.

Os bispos prontamente recorreram ao diálogo com a opinião pública, nas diferentes regiões do País. Trata-se de um movimento sutil, destinado a valorizar a imprensa como canal de difusão das idéias católicas, até então limitadas ao púlpito. No seu bojo afloraram mecanismos de defesa da instituição eclesial, em face dos ataques anticlericais desencadeados por setores da grande imprensa.

Por meio de cartas pastorais, os administradores diocesanos começam a difundir um ideário comunicacional geralmente pautado por estratégias reativas, adaptado de situações vividas pelas comunidades católicas da Europa. [...] Essa tendência permanece quase imutável durante toda a primeira metade do século XX, sofrendo alterações a partir de dois fatos da história contemporânea. O primeiro deles é o aggiornamento católico promovido mundialmente pelo papa João XXIII. O segundo é a nova questão religiosa que eclode no processo de endurecimento do regime ditatorial vigente no Brasil entre 1964 e 1985. Estimulados por Roma para adotar posturas modernas diante da mídia e, ao mesmo tempo, hostilizados pelos comandos militares nacionais, os bispos católicos despertam novamente para a contingência de reverenciar a opinião pública (Melo, 2004, pp. 297-8).

As análises do professor José Marques de Melo, da Universidade Metodista de São Paulo, enfatizam que, a partir da década de 60 do século XX, houve uma maior elaboração e reflexão por parte da Igreja Católica no tocante a essa área de atuação – o que, de certa forma, está em consonância com a constituição e implantação dos canais oficiaisⁱⁱⁱ de comunicação da Arquidiocese de São Paulo, que

tem sua sede na maior cidade brasileira, maior população, maior também no que se refere aos problemas sociais, fruto do crescimento desordenado, que, por sua vez, é fruto da industrialização que, plantando suas raízes na cidade, atraiu para ela milhões de pessoas de todo o País e do estrangeiro. De fato, para São Paulo se dirigem os constantes fluxos de migração interna, trazendo consigo sempre novos e maiores problemas. A Igreja não podia nem pode permanecer insensível aos problemas dessa população imensa. *Assim, entre as inúmeras iniciativas pastorais, aquela de buscar uma maior presença junto à população através de meios mais adequados se impôs em modo presente, principalmente a partir dos anos 50 [do século XX]. Foi então que a sensibilidade de alguns religiosos e o apoio do cardeal D. Carlos Carmelo Vasconcelos Motta tornaram possível a instituição de uma fundação que proporcionasse à missão pastoral da Igreja paulista o inestimável concurso dos meios de comunicação social. Foi criada, por conseguinte, a Fundação Metropolitana Paulista que se propunha “propugnar pela formação cívica, moral, cultural e religiosa do povo brasileiro, através da divulgação escrita, falada e televisiva, dentro do espírito democrático e cristão da nacionalidade brasileira, mantendo para tanto, excluindo qualquer intuito lucrativo, jornais, rádio-emissoras, serviço de televisão, agência noticiosa e similares”* (Pereira^{iv}, 1982, pp. 144-5, grifos nossos).

Com as indicações acima de Pereira é possível compreender em que contexto e com quais objetivos a Arquidiocese ingressou no ramo dos meios de comunicação de massa, o que permitiu uma maior participação sociopolítica frente à sociedade paulistana.

2. O semanário *O São Paulo*

Ao compreender o processo de constituição desse semanário é possível perceber que a história d’*O São Paulo*

é muito poderosa porque ele veio substituir o antigo jornal que existia há dezenas de anos e se chamava O Legionário. Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta, em 1956, exatamente no dia 25 de janeiro, resolveu criar um novo jornal – O São Paulo –, que no entender dele deveria estar voltado para o apostolado da boa imprensa. Veja! A linguagem antiga era essa, a defesa dos bons costumes, a defesa da sã doutrina da Igreja, enfim, um jornal que fosse voltado para o apostolado, também apostolado cristão. Então o jornal começou a existir no dia 25/01/1956 e ao longo dos seus 45 anos de existência cada bispo [arcebispo] foi uma fase do jornal O São Paulo (Pereira, 2001, grifos nossos).

A Igreja Católica de São Paulo instituiu o periódico com uma perspectiva dogmática e “vigilante” da moral e dos bons costumes cristãos, em consonância com as

mudanças profundas caracterizadas pela aceitação desconfiada dos novos meios. O exercício do controle sobre a imprensa, a vigilância sobre o cinema e rádio marcaram a trajetória da Igreja na época. Entretanto, a sociedade, que se transformava rapidamente, impelia a Igreja a “adaptar-se aos novos tempos” e o comportamento eclesial sofreu alterações: “começa a aceitar, ainda que desconfiadamente, os meios eletrônicos”. Sobretudo, começa a fazer uso, a servir-se dos meios para a difusão das suas mensagens (Puntel, 2005, p. 130).

Cardeal Arns foi um artífice dessa nova linha de abordagem da Igreja Católica frente aos meios de comunicação. Ao chegar em 1966 em São Paulo, já encontrou em pleno funcionamento o jornal O São Paulo e a Rádio Nove de Julho, porém foi no seu arcebispado que o Estado sob o controle do Comando Militar promoveu a repressão a esses canais de difusão da Arquidiocese, que estavam envolvidos com as demandas sociais e as denúncias contra os abusos contra os Direitos Humanos (ONU-1948).

3. As diferentes fases históricas e matrizes ideológicas dos arcebispos

A pesquisa procurou, como objetivo geral, analisar as matrizes ideológicas utilizadas pelos arcebispos – Dom Agnelo Rossi e Dom Paulo Evaristo Arns – frente à Fundação Metropolitana Paulista, mantenedora do

jornal *O São Paulo*, e sua influência na Igreja Católica e na sociedade, no período da ditadura militar, revisitando o período anterior, de Dom Carmelo V. Motta.

Partindo desse recorte teórico em que a Igreja Católica se constitui enquanto sujeito coletivo e expressa seu projeto frente ao contexto sociohistórico relacionado com a análise das edições d'*O São Paulo*, é necessário entender que a pesquisa buscou identificar as matrizes ideológicas expressadas nas referidas publicações semanais. O conceito de matriz ideológica é entendido como a base do “discurso que revela a ação [e] revela também o sujeito”. Por isso, a matriz ideológica permite “a atribuição de sentido às coisas”, ela é expressa no discurso (oral e escrito) (Sader, 1988, p. 57).

Dessa forma, foi possível identificar, a partir das entrevistas orais, matérias e editoriais d'*O São Paulo*, as matrizes ideológicas expressas, “tendo em vista que a linguagem não é um mero instrumento neutro que serve para comunicar alguma coisa que já existisse independente dela” (Sader, 1988, p. 57).

A adoção do termo matriz ideológica também está em consonância com a definição conceitual de Bruneau (1974), ao propor a distinção dos termos “teologia” e “ideologia”. Dessa forma,

teologia parece indicar um conjunto de princípios gerais, abstratos, do outro mundo, que permanecem eternos apenas nas aplicações mais amplas. Ideologia, por outro lado, implica mais coerência interna, racionalidade de intenção, sistemática aplicação particular, que comanda ações definidas. Pode-se dizer, é claro, que o modelo de cristandade, ou o de neocristandade, incluía uma ideologia, [... há] a orientação da ideologia para a ação, intencional e planejada, na Igreja pós-1950. Melhor ainda, era uma formulação particular de elementos tirados de uma teologia católica mais vasta, com relação a, ou com particular relevância para o Brasil, num momento histórico especial. A ideologia formulada num processo de questionamento: questionamento do papel da Igreja no passado, da natureza da mudança na sociedade brasileira e do papel próprio da Igreja (Bruneau, 1974, p. 147).

Com as contribuições acima, associadas às indicações de Sader (1988), há um reforço do conceito de matriz ideológica expressa nos discursos, ao afirmar não ser possível que

todos os discursos sejam iguais nem mesmo que derivem de uma mesma matriz discursiva. Mas, tendo de interpelar um dado público, todo discurso é obrigado a lançar mão de um sistema de referências compartilhado - pelo que fala e por seus ouvintes. Constitui-se um novo sujeito político quando emerge uma matriz discursiva capaz de reordenar os enunciados, nomear aspirações difusas ou articulá-las de outro modo, logrando que indivíduos se reconheçam nesses novos significados. É assim que, formados no campo comum do imaginário de uma sociedade, emergem matrizes discursivas que expressam as divisões e os antagonismos dessa sociedade (SADER, 1988, pp. 59-60).

Nesse sentido, foi possível identificar que a matriz ideológica adotada nos discursos da Igreja Católica de São Paulo, expressa nas edições d'*O São Paulo*, sofreu drásticas transformações no final da década de 1960 e início da seguinte.

Ainda no sentido de tornar exequível a pesquisa documental nas edições d'*O São Paulo* de 1956 a 1985, foi elaborada uma periodização, a partir de uma investigação preliminar, que colaborou no sentido de direcionar os estudos e análises. O primeiro período, de 1956 a 1966, envolve a fase final do arcebispado^{vi} de cardeal Motta, quando ocorreu a fundação d'*O São Paulo*, e parte do arcebispadovii de cardeal Agnelo Rossi.

O segundo período, de 1966 a 1970, representou uma fase de transição entre a predominância conservadora e uma perspectiva progressista na gestão arcebispal da Arquidiocese de São Paulo, bem como envolveu as discussões oriundas do Concílio Vaticano II, o início das torturas e mortes dos opositores da ditadura militar, entre outras dimensões, coincidindo com a chegada do então bispo auxiliar Dom Paulo Evaristo Arns. As análises invocam o uso conceitual de clero progressista e ou conservador, tendo em vista as diferenças e dinâmicas que envolvem os componentes da estrutura eclesial, bem como, dos respectivos arcabouços ideológicos, colaborando para uma maior distinção conceitual,

numa interpretação comum, 'conservador' corresponde à defesa da manutenção da ordem, da disciplina, do tradicional, com posições políticas à direita; 'progressista' corresponde à defesa de reformas

profundas, de inovações, com posições políticas à esquerda; no entanto, muitas vezes no cotidiano há uma mistura e não é raro alguém assumir posturas conservadoras em assuntos religiosos e progressistas em assuntos seculares, ou vice-versa. No plano ad intra da instituição, conservador pode significar a defesa de orientações tradicionalistas, fundamentalistas, reacionárias, integristas, fixação no Vaticano I, entre outros aspectos, e progressista pode significar a defesa de orientações modernas, democráticas, centrado no Vaticano II e em Medellín, valorização da colegialidade episcopal etc., sem que isto esgote todo o repertório de posições de ambas as partes. Alguns preferem uma terminologia que caracterize alas, ou setores, com suas respectivas visões de mundo e eclesiais: conservadores, moderados e renovadores (Wanderley, 2003, p.461)

O terceiro período, de 1970 a 1985, compreende o momento marcado pela ruptura ao apoio dado anteriormente aos governantes militares. Esta etapa esteve em consonância com a nomeação de Dom Arns à condição de arcebispo e cardeal. Este período se encerra com o fim da censura prévia ao semanário, tendo em vista o processo de abertura política e redemocratização.

Os dados coletados sobre o primeiro período d'O São Paulo permitiram perceber o posicionamento assumido pela Arquidiocese de São Paulo frente à sociedade da época, incluindo advertências quanto aos limites e prejuízos da imprensa: “é preciso que se tenha a sinceridade de reconhecer e a coragem de dizer que a maior parte da degradação moral contemporânea é causada pelos malefícios impressos nos compêndios e nas folhas” (Cardeal Motta, ano I, n. 1, p. 1, 25 jan. 1956). Com exagero e em tom exclusivamente moralista, a imprensa é responsabilizada por ele pelo decisivo papel na “degradação moral contemporânea”, porém, ao mesmo tempo, indica-se que a “imprensa digna” é fundamental para a “saúde mental de uma nação” e se ressalta, num pronunciamento ufanista, que “o futuro de uma pátria é a tinta da imprensa”. Dessa forma, a Igreja Católica chama a si a responsabilidade de promover o Bem contra o Mal, “uma imprensa que supere as armas do poder das trevas”.

O posicionamento de cardeal Rossi foi moderado e permitiu um lastro de confiança e seriedade às Forças Armadas brasileiras^{viii}, tal qual à Igreja, independente do cerceamento das liberdades – antes, garantias constitucionais do povo brasileiro –, que iam sendo expropriadas a cada Reforma Constitucional ou a cada Ato Institucional.

Por último, outro aspecto relevante que indica a transitoriedade do período de atuação do arcebispo cardeal Rossi n'O São Paulo, tendo em vista as mudanças já indicadas acima, foi a saída^{ix} de Dom J. Lafayette F. Álvares da Direção do semanário, já codirigido por Dom Paulo E. Arns. É significativa essa alteração no quadro diretor, tendo em vista que Dom Lafayette foi um dos fundadores d'O São Paulo, junto com cardeal Motta, em 1956. É possível afirmar que a matriz conservadora que norteava a linha jornalística das edições também estava associada a ele.

Os ataques aos componentes da Igreja^x (leigos e clericais), entre outras lideranças sociais, aceleraram o processo de transição e ruptura com o conservadorismo hegemônico que predominou até 1968 e que possuía algumas características como: o atrelamento ao governo (ainda presente, porém com uma relação não tão solidificada), o personalismo e a supervalorização de imagens hierárquicas (expressão da romanização) do arcebispo e do papa (que são encontradas e localizadas com menor frequência nas publicações), além das críticas ao comunismo (que foram perdendo espaço e força dentro das páginas do semanário).

Um novo norte jornalístico foi sendo implementado em meio à perspectiva conservadoraxi que existia entre os de 1969 e 1970, o qual valorizou temas de cunho político, social, trabalhista, dos movimentos sociais, dos jovens, urgência das reformas de base e, principalmente, da reforma agrária, entre outros. Tais mudanças eram oriundas do Concílio Vaticano II.

Encerrando as análises sobre os aspectos que retrataram o processo de transição, que caracterizou a segunda metade do período de administração de cardeal Rossi na Arquidiocese de São Paulo, nas manchetes da primeira página da edição d'O São Paulo de 24 de outubro de 1970 foi publicada a nomeação de “cardeal Rossi prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos” no Vaticano, com embarque para Roma em 12 de novembro. Por conseguinte, marcava-se a posse do “novo arcebispo metropolitano de São Paulo”, Dom Paulo Evaristo Arns, para 1 de novembro, na Catedral da Sé.

4. A perspectiva progressista do Cardeal Arns e a censura aos MCS

O semanário O São Paulo teve sua censura prévia “publicada no Diário Oficial da União no dia 20 de Junho de 1973” (Gomes, 2005, p. 142), foi o Ministério da Justiça que fez os encaminhamentos e processos sobre da censura prévia (Gomes, 2005, p. 142).

Ratificando as informações sobre a perseguição imposta a setores da Arquidiocese de São Paulo, Dom Benedicto de Ulhôa Vieira (2000)^{xii} expôs que os meios de comunicação sofreram forte repressão e censura militar,

o general Médici, que era presidente, fechou a rádio Nove de Julho, que foi agora devolvida ao novo arcebispo de São Paulo, foi fechada a rádio, lacrada [...] Médici foi um homem assim muito insensível. Eu acho que ele passa a história do Brasil como um dos piores governos que nós já tivemos, pela desumanidade, pela maldade. Ele tinha consciência da tortura no Brasil e tudo mais [...]. A censura do jornal O São Paulo era tremenda, os sensores iam à noite para a tipografia onde se imprimia o jornal...

Segundo Pe. Pereira, no que se refere à censura, não havia um protocolo institucional do Ministério da Justiça ou da Polícia Federal para que a mesma fosse iniciada^{xiii}. Dessa forma o processo de

crescente pressão sob o semanário [...] teve seus inícios em março de 1971 [...]. Em março de 1971, iniciam os telefonemas proibitórios. Em maio, o Superintendente da Polícia Federal de São Paulo faz uma visita de cortesia ao diretor responsável pelo jornal. Este, durante uma hora, esclarece as várias posições do jornal e da própria Igreja.

De Junho a dezembro do mesmo ano, multiplicam-se os telefonemas, em execução de ordens vindas de Brasília. Eram ordens verbais. “Jamais se conseguiu alguma comunicação por escrito, mesmo quando as proibições eram de maior importância”.

No ano de 1972 teve início a censura na tipografia onde é impresso “O São Paulo” e no mês de maio o jornal deveu circular com espaços em branco por ter sido cortada uma matéria sobre acontecimentos envolvendo Dom Pedro Casaldáliga e Padre Jentel da Diocese de Conceição do Araguaia. [...] No mês de dezembro, uma pessoa credenciada apresentou-se na Redação-Administração do semanário para iniciar a censura permanente e prévia na própria redação e às quartas-feiras [...] Dias depois, um telefonema avisava que “por ora, a medida estava suspensa”. A já então praxis de censurar por telefone continuou por toda a primeira metade de 1973, ampliando sempre mais o elenco dos assuntos proibidos (Pereira, 1982, pp. 162-3).

Durante os anos da década de 1970 a censura prévia^{xiv} instituída se fez presente nas edições d’ O São Paulo, até que

surpreendentemente, no dia 8 de junho de 1978, quando a edição de “O São Paulo”, correspondente à semana compreendida entre os dias 10 e 16 do mesmo mês, já estava fechada, devidamente censurada, como de costume, um telefonema aos diretores do semanário comunicou que, a partir daquela data, não haveria mais a censura. Às pressas, então tratou-se de reabrir a edição para incluir a notícia que foi redigida nestes termos:

‘Título: ACABOU A CENSURA NO JORNAL “O SÃO PAULO”

O funcionário da Polícia Federal que se identifica como Dr. Richard dispensou o jornal O SÃO PAULO de submeter, daqui para frente os seus originais à censura prévia. A comunicação no foi feita no fim da tarde de quinta-feira, por telefone. Foi assim: O funcionário do jornal que nos trouxe a última remessa de originais foi portador de uma solicitação: devíamos telefonar à censura. Quem nos atendeu informou: “Aguarde um momento, o Senhor vai falar com o Dr. Richard”

A explicação foi sucinta: daqui para frente não precisamos mais enviar nossos originais à censura.

Dr. Richard se recusou a dar outras explicações e recusou terminantemente a documentar a comunicação. [...]

A censura, portanto, acabou como havia começado: pelo telefone, sem que houvesse um documento escrito decretando o seu término, com não tinha havido, sete anos antes, decretando o seu início (Pereira, 1982, pp. 183-4, grifos nossos).

O jornal *O São Paulo*, editado no contexto exposto acima, bem com a Rádio 9 de Julho, foram alvos das ações militares inspirados na Lei de Segurança Nacional e por isso, ora foram censurados, ora falsificados e a última fechada e lacrada.

5. Considerações Finais

As formulações acima indicam, de forma geral, o fio condutor daquilo que era publicado na primeira página e nos editoriais do semanário *O São Paulo* praticamente desde sua fundação até 1966. É possível perceber que sua abordagem jornalística era tradicional e conservadora e não refletia os parâmetros profissionais do exercício jornalístico. Essa afirmação pode ser fundamentada em vários aspectos, mas entre eles é relevante destacar: que havia uma omissão na cobertura dos conflitos e disputas políticas do País; os fatos ou dados da realidade conjuntural nacional não eram abordados nas primeiras páginas ou editoriais; e a cobertura desses eventos era apresentada após todos os encaminhamentos já concluídos e em conformidade com a manutenção do *status quo*. Este procedimento editorial foi verificado, por exemplo, com a renúncia do presidente Jânio Quadros (1961), com o golpe militar de 1964 e outros.

Nessa fase de institucionalização do semanário *O São Paulo*, os meios de comunicação da Arquidiocese de São Paulo tinham, ainda, a função de difundir a moral católica, tida como a única capaz de salvar as pessoas no mundo contemporâneo. Para isso, eram comuns os ataques à imprensa em geral ou aos novos movimentos culturais. Há um grande mérito a ser atribuído ao cardeal Motta, no que se refere à instalação de um jornal escrito e de uma rádio na Arquidiocese. Essa atitude de inserção junto aos MCS era algo inovador e contribuiu para que as ações político-sociais da Arquidiocese ganhassem maior visibilidade, no contexto nacional e internacional nas décadas de 70 e 80 do século XX.

As mudanças, que se fizeram necessárias dentro da estrutura da Igreja e na sua relação com os MCS, ficaram associadas concomitantemente ao “endurecimento” da ditadura militar a partir de 1968, com o AI-5, o que reforçou o referido processo de transição dentro da Arquidiocese e no semanário.

A nomeação de Dom Paulo Evaristo Arns à condição de arcebispo foi, também, o início de uma nova fase na Arquidiocese de São Paulo. Seu período de gestão (1970-98) foi suficiente para implementar as mudanças que vinham sendo formuladas. O novo arcebispo foi também um dos maiores artífices dos MCS do Brasil, porque implementou uma abordagem jornalística com cunho profissional n’*O São Paulo*, buscou inserir uma equipe jornalística e de colaboradores com peso nacional e fez vínculo com agências internacionais de informação.

A “prisão” de Paulo Evaristo Arns não ocorreu entre as grades de ferro, mas por meio de grades de sofrimento, de luto, de tristeza, quando eram presos, torturados e mortos pela repressão da ditadura militar seus pares religiosos(as), franciscanos, dominicanos, entre muitos outros, além de lideranças católicas dos movimentos sociais na periferia ou nos sertões, sindicalistas, políticos e comunicadores.

Tudo isso não o impediu, contudo, de forma que continuou no trabalho que permitiu alterar radicalmente a matriz ideológica predominante da Arquidiocese de São Paulo, assim como, implementar mudanças na concepção norteadora do papel dos MCS institucionais em face da sociedade civil e do Estado.

Referências Bibliográficas

- Bruneau, Thomas C. (1974). *O Catolicismo Brasileiro em Época de Transição*. São Paulo, Loyola.
- Dariva, Noemi (Org.- 2003). *Comunicação Social na Igreja: documentos fundamentais*. São Paulo, Paulinas.
- Fadul, Anamaria (1986). *Os Meios de Comunicação de Massa: um desafio para a Igreja*. (“O São Paulo” – 1979-1985). Tese de Livre-Docência apresentada à ECA/USP, São Paulo.

Gomes, Edgar da Silva (2005). Censurado: o jornal *O São Paulo* e a ditadura militar 1964-1985. *Revista de Cultura Teológica*. São Paulo, Pontifícia Faculdade de Teologia N. Sra. da Assunção, ano XIII, n. 50, pp. 137-55, jan./mar..

Lanza, Fabio (2001). *A Ditadura Militar no Discurso-Memória da Igreja Católica Arquidiocese de São Paulo (1964-1985)*. Dissertação (Mestrado) em História apresentada à Faculdade de História, Direito e Serviço Social da Unesp, Franca.

Melo, José Marques (2005). *Comunicação Eclesial: utopia e realidade*. São Paulo, Paulinas/Sepac.

_____. (2004). *A Esfinge Midiática*. São Paulo, Paulus.

Pereira, Antônio Aparecido (1982). *A Igreja e a Censura Política à Imprensa no Brasil 1968-1979: com particular atenção à censura ao semanário arquidiocesano “O São Paulo”*. Tese em Jornalismo, apresentada ao Centro Internazionale per gli Studi sull’Opinione Pubblica, Roma.

Puntel, Joana T. (1994). *A Igreja e a Democratização da Comunicação*. São Paulo, Paulinas.

_____. (2005). *Cultura Midiática e Igreja: uma nova ambiência*. São Paulo, Paulinas, 2005.

Sader, Eder (1988). *Quando Novos Personagens Entraram em Cena*. 2 ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988.

Wanderley, Luiz Eduardo W. (2003). Desafios da Igreja Católica e política no Brasil. In: Instituto Nacional de Pastoral (org.). *Presença pública da Igreja no Brasil (1952-2002)*. São Paulo: Paulinas, 2003, p. 461.

Fontes Orais

Arns, Paulo Evaristo. Entrevista realizada na Igreja do Largo do São Francisco sobre a Igreja Católica em São Paulo e a ditadura militar. São Paulo, 17 dez. 1998. In Lanza (2001).

_____. Entrevista sobre *O São Paulo* na Igreja do Largo do São Francisco. São Paulo, 12 jul. 2001.

Vieira, Benedicto Ulhôa. Entrevista realizada na Arquidiocese de Uberaba (MG) em 24 jan. 2000 sobre a Igreja Católica em São Paulo e a ditadura militar. In Lanza (2001).

Fontes Documentais – *O São Paulo*

Motta, Cardeal (1956), ano I, n. 1, p.1, 25 jan.

Rossi, Cardeal (1969), ano XIV, n. 677, p. 3, 26 jan.

ⁱ A contribuição a seguir está vinculada às investigações desenvolvidas junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais da PUC-SP, aos Projetos de pesquisa vinculados ao Laboratório de Estudos sobre Religiões e Religiosidades da UEL-PR e ao Grupo de Pesquisa “História, Sociedade e Religião” – CNPq/UEL. Contou com fomento da CAPES e CNPq.

ⁱⁱⁱ O documento *Miranda prorsus* “mostra uma grande capacidade de análise e uma proposta positiva com relação aos meios eletrônicos, o seu potencial e as exigências pastorais que deles derivam. Alguns críticos são de opinião que a qualidade deste documento é superior ao Decreto conciliar *Inter mirifica* e que o seu espírito está bem próximo do espírito da Instrução Pastoral *Communio et progressio* que seria publicada em 1971” (DARIVA, 2003, p. 33).

ⁱⁱⁱ Tendo em vista que na década de 1950 o arcebispo cardeal Motta instituiu a Rádio 9 de Julho e o semanário *O São Paulo*.

^{iv} Pe. Antonio Aparecido Pereira defendeu em 1982, no Centro Internazionale per gli Studi sull’Opinione Pubblica, em Roma, a *Tesi di diploma in Giornalismo*, com o título *A Igreja e a Censura Política à Imprensa no Brasil 1968-1978 (com particular atenção à censura ao semanário arquidiocesano “O São Paulo”)*. Na época, o referido clérigo foi a Roma estudar jornalismo a pedido do então arcebispo Dom Paulo Evaristo Arns, e desde seu retorno ao Brasil, após a conclusão dos estudos, passou a compor a equipe de produção do referido jornal.

^v Aspectos parcialmente apresentados no IV Seminário do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar - Olhares e diálogos sociológicos sobre as mudanças no Brasil e na América Latina, 2013, São Carlos – SP.

^{vi} 1944 a 1964.

^{vii} 1964 a 1970.

^{viii} A não ser pela pequena ressalva: “Hoje, porém, por causa de mentalidades e posições diversas, tanto na Igreja como no Exército, a opinião pública está abalada, embora suas simpatias se voltem mais para a Igreja” (ROSSI, ano XIV, n. 677, p. 3, 26 jan. 1969).

^{ix} Na publicação de 6 de outubro de 1968, o nome Dom Lafayette constava ainda como codiretor, ao lado de Dom Paulo E. Arns. No entanto, na edição de 20 de outubro de 1968, passou a constar apenas o nome do segundo codiretor. Dom Paulo E. Arns permaneceu na direção de redação até 12 de outubro de 1969, quando foi criado pelo então cardeal Rossi o Centro de Informações Ecclesia (Ciec), que se tornou o órgão arquidiocesano responsável pela edição do semanário *O São Paulo* (cf. Nova Fase, ano XIV, n. 714, p. 1, 12 out. 1969), que indicava à sua frente o cônego Amauri Castanho.

^x Cf. Prisão de Padres: expulsão viola direitos do homem (MANCHETE, ano XIII, p. 1, 15 dez. 1968).

^{xi} Que valorizava, por exemplo, temáticas como: religiosidade, eventos institucionais da Igreja, perigos dos anticoncepcionais, celibato, papel da mulher moderna e outros.

^{xii} Dom Benedicto de Ulhôa Vieira (09.10.1920), foi ordenado sacerdote em São Paulo em 08.12.1948 por Dom Carlos Carmelo de Vasconcelos Motta após os estudos no Seminário Central do Ipiranga em São Paulo. Sua Ordenação Episcopal aconteceu em 25.12.1972 e passou a atuar como Bispo Auxiliar em São Paulo até 1978. Segundo as informações da entrevista, durante esse período, exerceu as funções de Reitor e Vice-reitor na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, de vigário dos universitários e vigário geral da Arquidiocese. No episódio em que a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo foi invadida pelas tropas do Coronel Erasmo Dias juntamente com o Delegado Romeu Tuma e a prisão dos estudantes, o cardeal Dom Paulo Evaristo Arns estava em viagem no exterior, e Dom Benedicto, que era o responsável pela Pastoral Universitária, foi quem esteve junto dos estudantes e realizou a interlocução com os militares, dando respaldo aos que estavam detidos (LANZA, 2001).

^{xiii} Essa informação entra em contradição com o exposto por Gomes onde indicada que a censura prévia foi “publicada no Diário Oficial da União no dia 20 de Junho de 1973” (Gomes, 2005, p. 142).

^{xiv} Durante esses anos de grande dificuldade aos meios de comunicação da Arquidiocese de São Paulo, a mesma mantinha por meio da Fundação Metropolitana Paulista “um Centro de Informação denominado “ECCLESIA”, responsável por muitas iniciativas no campo pastoral dos Meios de Comunicação Social. Duas dessas iniciativas consistem na edição de um Boletim Informativo denominado “Boletim CIEC” e na redação do semanário “O SÃO PAULO” [...] - Tratando-se de um boletim de informação oferecido à imprensa em geral, o CIEC não esteve sob censura, uma vez que esta era feita às publicações dirigidas ao público. – Registrou em suas páginas e em seus editoriais todas as investidas da censura contra o semanário. – Sendo editado contemporaneamente com o jornal, não poucas vezes publicou as matérias vetadas naquele periódico. – Constituiu, por assim dizer, o único veículo de informação, denúncia e protesto contra a censura, uma vez que “O SÃO PAULO” era impedido até mesmo de informar que era censurado” (Pereira, 1982, pp.160-1)

^{xv} Cf. já indicado em nota anterior: essa informação entra em contradição com o exposto por GOMES (2005, p. 142) ao afirmar que a censura prévia foi “publicada no Diário Oficial da União no dia 20 de Junho de 1973”.